17:12 85%

Opinião do GLOBO

Lula extrapola suas atribuições ao tentar intervir na Vale

Custa caro ao Brasil a ideia, disseminada no PT, de que o Estado deve comandar tudo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai além do razoável na pressão para tentar alinhar ao Palácio do Planalto a mineradora Vale, uma empresa privada. Depois de fracassar na tentativa de indicar o economista Guido Mantega para comandar a empresa, Lula afirmou: "A Vale não pode pensar que é dona do Brasil. As empresas brasileiras precisam estar de acordo com o entendimento de desenvolvimento do governo brasileiro". O presidente está enganado.

Por definição, empresas privadas têm compromisso com seus acionistas, clientes, funcionários e comunidades onde atuam. O setor privado não tem obrigação de dizer amém ao partido no poder. E o governo não detém participação acionária para promover qualquer tipo de ingerência na Vale.

A explicação para a naturalidade com que Lula tenta pressionar o conselho de administração da mineradora, prestes a decidir quem comandará a empresa nos próximos anos, é a ideia prevalente no PT de que o Estado deve mandar em tudo, ainda que em desafio ao mercado ou à realidade da economia.

Tal visão também fica evidente na atual gestão da Petrobras. Seguindo à risca as instruções do Planalto de "ajudar no crescimento", o presidente da estatal, Jean Paul Prates, ampliou investimentos em áreas duvidosas, como refino ou exploração terrestre, interrompendo um programa exitoso de venda de ativos.

Num clima de desconfiança dos investidores, bastou uma declaração infeliz dele sobre a política de dividendos para a Petrobras perder R$ 35,3 bilhões em valor de mercado. Apesar de a maioria dos acionistas da empresa ser privada, o governo se comporta como se ela fosse 100% estatal. Em administrações anteriores do PT, essa visão do Estado como condutor do crescimento abriu espaço a escândalos de corrupção e causou imenso prejuízo.

O mandato do atual presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, acaba em maio, e Lula já deixou claro que é contra sua recondução ao cargo. A mensagem implícita em suas críticas à mineradora é: "Atendam aos desejos do presidente ou terão o governo como inimigo". Em seu ataque recente, Lula fez menção a lugares onde a mineradora precisa lidar com passivos ambientais. Esse é um assunto que cabe à Justiça e a outras instituições responsáveis, não ao presidente. Seria um absurdo se a frustração dos desejos de Lula resultasse em punições descabidas na esfera regulatória.

A pressão indevida sobre a Vale atinge todas as empresas brasileiras de capital aberto. O governo federal e as instituições sob sua influência não deveriam intervir nas decisões de nenhuma empresa privada. O simples fato de tal movimentação acontecer enfraquece a imagem do Brasil. Se Lula tiver sucesso na pressão, o estrago será maior. Ficará, aos olhos do mercado, demonstrado que, por aqui, as leis que regem o controle das empresas pouco valem diante da vontade e dos caprichos de quem está no poder.

Num passado não tão distante, quando o governo detinha fatia maior do capital da Vale, administrações petistas não se furtaram a intervir na empresa. A pressão na Vale e a intervenção na Petrobras são retrocessos que já cobram seu preço.

TSE acerta ao estabelecer normas para uso de IA nas eleições deste ano

Diante da omissão do Congresso, manipulação de vídeos e áudios poderia desorientar os eleitores

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) faz bem ao impor desde já normas específicas sobre o uso da inteligência artificial (IA) e disseminação de desinformação nas eleições municipais deste ano. Diante da omissão do Congresso para regulamentar tais questões, era urgente estabelecer limites para que as campanhas não se transformem numa guerra para enganar o eleitor em vez de orientá-lo. Não há dúvida de que a manipulação de vídeos e áudios, com ajuda de ferramentas de IA que os tornam verossímeis, pode transformar num caos a vida dos cidadãos e o trabalho das autoridades eleitorais.

Um dos aspectos mais relevantes das resoluções aprovadas pelo TSE é determinar que as plataformas digitais removam conteúdos "sabidamente inverídicos", mesmo sem decisão judicial prévia. Pelas novas normas, as plataformas ficarão responsáveis por tomar medidas que impeçam a publicação de informação irregular e terão de retirar imediatamente conteúdos que atacam a democracia ou promovam discursos de ódio (como racismo, homofobia, nazismo etc.). Do contrário, serão responsabilizadas.

As maravilhas proporcionadas pela IA também passam a ter regras claras nas eleições. A manipulação digital de vídeos e áudios conhecida como *deepfake* — como a simulação de discursos que um candidato não fez ou a criação de imagens que não existem — está proibida. Não será permitido lançar mão de robôs para intermediar contato com eleitores. O uso de IA precisará ser feito com transparência. As campanhas serão obrigadas a informar de forma explícita quando a ferramenta for usada na propaganda.

Não se sabe o impacto que o avanço das novas tecnologias terá sobre os pleitos municipais deste ano, especialmente num ambiente polarizado. Mas pode-se prever. Nas eleições para a Presidência da Argentina, no ano passado, as campanhas dos então candidatos Javier Milei e Sergio Massa usaram e abusaram dos efeitos deletérios das *deepfakes* para atacar o adversário da forma mais sórdida possível. Em 2022, ainda sem os recursos hoje disponíveis, a corrida ao Palácio do Planalto já foi marcada por uma guerra suja, com muita acusação e poucas propostas. Tudo leva a crer que o clima de conflagração se repetirá neste ano na escolha de prefeitos e vereadores.

Estabelecer normas sensatas não garante que elas serão respeitadas. Mas as campanhas precisam ter em mente que correrão risco ao ignorá-las. Quem recorrer a *deepfakes* em suas propagandas poderá ser punido com cassação do registro ou mesmo do mandato.

No vácuo legislativo, as resoluções do TSE para as eleições municipais representam um avanço, por tentar lidar com o mundo de hoje. O uso de inteligência artificial nas redes é uma realidade e, se não há como impedi-lo, o melhor é estabelecer regras para enquadrá-lo, antes que os eleitores fiquem perdidos sem saber o que é realidade e o que é ilusão.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

Projeto dos apps frustra promessa de Lula

A negociação de mais de um ano entre governo, empresas, sindicatos — pouco representativos e organizados — e trabalhadores informais dispersos em torno da ideia da regulamentação trabalhista de motoristas e entregadores por aplicativos talvez seja o exemplo mais acabado da dificuldade do PT de operar com suas velhas lideranças num mundo que passou por uma enorme transformação nos 7 anos em que o partido ficou longe do poder.

Lula fez do tema uma das suas principais bandeiras, tanto na campanha presidencial quanto em sua plataforma de reinserção como liderança global. Mas a tentativa árdua, circular e muitas vezes improdutiva, ao longo de 2023 e até agora, de construir um projeto de lei para formalização e proteção previdenciária desses trabalhadores mostrou que nem como candidato nem como presidente ele foi apresentado a todos os dados e às nuances que cercam essa nova e tão disseminada atividade.

A proposta que deverá ser apresentada com pompa na segunda-feira atesta o fracasso do grupo capitaneado pelo Ministério do Trabalho em tentar construir uma saída que abarcasse tanto motoristas de plataformas de transporte de passageiros quanto entregadores de produtos por aplicativos. Os últimos deverão ficar fora do anúncio de Lula e estão prestes a abandonar a mesa de negociação, por incompatibilidades que parecem intransponíveis com a pasta de Luiz Marinho.

O ministro, durante toda a negociação, trata os aplicativos de entrega como vilões a praticar a exploração dos entregadores. Sabe-se que a precarização nessa modalidade é real e precisa ser evitada, mas as peculiaridades da atividade tornam difícil que a solução seja algo próximo do modelo da velha CLT em que Lula, Marinho, Gilberto Carvalho e os demais assessores da pasta, todos oriundos do sindicalismo do ABC dos anos 1970 e 1980, foram forjados.

Peculiaridades da atividade tornam difícil que a solução para precarização seja algo próximo do modelo da velha CLT

Os entregadores não têm e não querem ter vínculo sindical. Fogem da ideia de dar parte da pequena e sacrificada renda que obtêm em seu "corre" ao governo na forma de contribuição sindical ou previdenciária. E não desejam de forma alguma ser "fidelizados" a qualquer plataforma, porque é na flexibilidade que conseguem aumentar seu rendimento.

A maior aprovação dessa categoria que trabalha em cima de motos ou dirigindo carros para transportar passageiros a uma medida recente do governo foi à de Jair Bolsonaro que esticou o prazo da carteira de motoristas e aliviou o peso de multas e pontos nas carteiras. Disso decorre o fato, medido em pesquisas que os negociadores do governo viram, de grande parte desses proletários do século XXI ser ou apolítica ou, quando provocada, demonstrar tendência a ser bolsonarista.

A pressa de Lula em fechar uma proposta para lhes dar segurança trabalhista e previdenciária, portanto, também decorre da necessidade de falar a um público que não o viu em ação no estádio da Vila Euclides e não usufruiu os ganhos de seus dois primeiros mandatos, com programas como o Prouni.

Mas a embocadura está longe de ser efetiva. A proposta prestes a ser fechada para os motoristas, que implicará contribuição de 20,5% das empresas e 7% dos trabalhadores à Previdência, afugenta tanto a associação dos aplicativos de entrega quanto os entregadores.

O erro de tratar todos como parte de uma mesma "categoria" é que entregadores são bem menos organizados, passam menos horas trabalhando (o fluxo maior é nas grandes cidades e concentrado nos horários de refeições), os custos são menores com manutenção e aquisição de veículos e combustíveis, e o vínculo com as plataformas é menor.

O resultado é que o ato de segunda-feira será fraturado. Frustrante para a agenda de Lula e um risco de, em vez de aumentar, reduzir a tênue proteção que os entregadores vêm conquistando a duras penas. Um projeto que pode ter ficado capenga graças ao apego a balizas de um mundo que não existe mais.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maim, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha@oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Arte e Opinião: William Fridal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G.: Vera Cavalcanti - veracavalcanti@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Carmon Filho - viktor.carmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
(apenas RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 6,50 (MG e ES: R$ 10,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contrato para cobrança de multa ou renovação de assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em seu ponto de venda, acesse para vendaavulsa@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venezuela: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4033 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5100

FSC FOR A GOOD FOREST
Leia mais e fale pelo Cartaz do FSC
CARBON FREE